



O DISCURSO GEOGRÁFICO EM JOAQUIM NABUCO: A REPRESENTAÇÃO DA NACIONALIDADE E DA IDENTIDADE REGIONAL DO NORDESTE NO LIVRO *O ABOLICIONISMO*¹.

Noême Martins de Araújo²
Hugo Arruda de Moraes³

RESUMO

O presente escrito objetivou compreender, a partir dos discursos geográficos, a forma de representação da nacionalidade e da identidade regional do Nordeste presente no livro *O Abolicionismo*. Partindo do conceito de discurso geográfico, o texto permitiu caminhos de reflexão sobre a construção da identidade nacional e regional vista sobre a ótica de Joaquim Nabuco, um dos principais intelectuais do pensamento social brasileiro (século XIX). O abolicionista traz no seu escrito elementos de representação geográfica e um debate ideológico da nação, do povo e do território como centrais. A Metodologia fundamenta-se, basicamente, na consulta, interpretação e análise das ideias acerca da temática da dimensão espacial no discurso no âmbito do livro *O Abolicionismo*, destacando passagens que confirmem a presença do discurso geográfico no político pernambucano. Dentro dos aspectos conclusivos, a reflexão apresentada traz elementos da representação espacial do país na obra, por meio da formação social centrado no papel da escravidão. Discurso que se fez em associação com o território e a raça na construção de uma imagem do Brasil.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Discurso geográfico, Identidade nacional, Identidade regional do Nordeste.

ABSTRACT

This writing aims to understand, from geographic discourses, the representation of the nationality and regional identity of the Northeast present in the book *O Abolicionismo*. Departing from the concept of geographical discourse, the text allowed paths for reflection on the construction of national and regional identity seen from the perspective of Joaquim Nabuco, one of the main intellectuals of Brazilian social thinking (19th century). The abolitionist brings in his writing elements of geographic representation and an ideological debate of the nation, people and territory as central. The Methodology is based on the consultation, interpretation and analysis of ideas about the theme of the spatial dimension in the discourse in the scope of the book *O Abolicionismo*, highlighting passages that confirm the presence of geographical discourse in Pernambuco politics. Within the conclusive aspects, the reflection presented brings elements of the spatial representation of the country in his work, through social formation centered on the role of slavery. Such speech was made in association with the territory and race in the construction of an image of Brasil.

1 A discussão levantada nesse artigo é parte da dissertação de mestrado, intitulada: “O discurso geográfico no livro *o abolicionismo*: uma análise das contribuições de Joaquim Nabuco para a interpretação da formação territorial do Brasil”. A referida pesquisa ainda está em andamento e é desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Hugo Arruda de Moraes. Outrossim, o presente trabalho está realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, noeme.martins.082@ufrn.edu.br;

3 Professor do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, hugo.geografia@yahoo.com.br;



key words: Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Geographic discourse, National identity, Northeast's regional identity.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX e início do século XX, a história do Brasil foi marcada por uma conjuntura de libertação das amarras da colonização nos trópicos e por uma verdadeira luta em prol do desenvolvimento econômico. Nas palavras de Machado (1995), esse período caracterizou-se como “projeto de modernização do Brasil”, estendendo-se desde a Promulgação da Lei do Ventre Livre até a Revolução de 1930, um marco na “redefinição da identidade nacional” (MACHADO, 1995, p. 309).

Nesse cenário, a literatura nacional ganhou, de certa forma, a função de retratar a cultura e a realidade do país. Por isso, ao longo do século XIX, as composições romanescas de muitos intelectuais — principais responsáveis por documentar o conhecimento da realidade da época através de suas obras — foram deixando, aos poucos, um verdadeiro legado que estabeleceriam as bases para o surgimento de uma sociologia [e por que não de uma Geografia?] preocupada com a realidade brasileira, a partir da nossa formação social e territorial (CANDIDO, 2006).

Delineia-se, assim, um sentimento de nacionalidade no Brasil, um desejo de interpretar a vida econômica e política de um país que se modernizava, cabendo a muitos intelectuais a preocupação de formular “princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira” (CANDIDO, 2006, p. 271).

Nesse contexto de busca de representação do território brasileiro e de sua população, Joaquim Nabuco constituiu-se um importante político e principal símbolo do movimento abolicionista no Brasil. Muitas de suas obras retrataram bem o momento de transição do trabalho escravo para a mão de obra livre, caracterizadas como um importante documento histórico daquele momento vivido pelo país.

Nordestino, natural de Recife, cidade situada no estado de Pernambuco, nascido em 19 de Agosto de 1849, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, além de influente político, jornalista e advogado, foi líder e militante dos movimentos abolicionistas do país. Dentre sua vasta obra, destaca-se o livro *O Abolicionismo*, publicado em 1883 e considerado por muitos um dos principais textos para o pensamento social brasileiro.

O Abolicionismo evidencia um retrato fiel do período de formação da sociedade brasileira, visto como Nabuco realiza o exercício de descrever as representações imagéticas da nação e do território, enfatizando, excepcionalmente, a relevância da raça negra para tal



processo. Nesse sentido, ele argumentou: “a raça negra fundou para outros uma pátria que ela pode com muito mais direito chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será na sua maior parte senão um território deserto [...]” (NABUCO, 2019 [1883], p.46).

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva compreender, a partir dos discursos geográficos, a forma de representação da nacionalidade e da identidade regional do Nordeste presentes no livro *O Abolicionismo*. Dessa maneira, inclinando-se a fazer uma releitura do livro, poder-se-á refletir acerca da construção da identidade nacional e regional, além da contribuição para o pensamento geográfico brasileiro.

Dentre as justificativas presentes neste texto, apontamos a grande atualidade do pensamento de Joaquim Nabuco, uma vez que resgatar os temas de seus escritos é mostrar a pertinência dele como um dos fundadores do pensamento social no Brasil, evidenciando a sua contribuição e a sua importância na construção de um saber histórico e nas formações geográficas brasileiras.

Nabuco foi um homem do e contra seu tempo, tendo em vista que não só testemunhou grandes transformações, mas também apontou o caminho para maiores mudanças. Desse modo, voltar a seus escritos, principalmente *O Abolicionismo*, é nutrir-se de um saber histórico, político, cultural e geográfico, capaz de dar-nos subsídios para pensarmos caminhos interpretativos existentes na contemporaneidade sobre essas discussões.

A realização deste trabalho fundamentou-se, basicamente, em uma metodologia centrada em procedimentos da consulta, interpretação e análise de parte das ideias acerca da dos conceitos centrais da temática da obra. Além disso, buscou-se fazer uma pesquisa dos elementos discursivos em Nabuco que possibilitaram um estudo sobre a representação da nacionalidade, da organização espacial e territorial do Brasil e do Nordeste. Porém, evitou-se fazer citações à exaustão de todas as partes que o autor escreveu sobre a questão discorrida neste artigo, com a finalidade, notadamente, de evitar excessos que levem os leitores a cansarem-se quando há emprego em demasia de excertos ao longo do texto.

Concernente à maneira pela qual o presente texto se estrutura, este foi organizado da seguinte maneira: no primeiro momento, é feita uma concisa reflexão acerca do conceito de discurso geográfico e sua contribuição para se pensar a construção de uma identidade nacional e regional, tomando o espaço como elemento definidor; em seguida, buscou-se fazer, brevemente, uma análise discursiva de alguns trechos d’*O Abolicionismo*, nos quais Joaquim Nabuco apresentou elementos capazes de provocar-nos reflexões acerca da formação da identidade nacional e regional do Nordeste, pautadas na raça negra, especialmente no



trabalhador escravo; por último, apresentamos uma argumentação conclusiva acerca do discurso geográfico de Joaquim Nabuco, como uma forma de saber que possibilitou a criação de um imaginário que envolve a nação e a identidade regional.

A CONCEPÇÃO DE DISCURSO GEOGRÁFICO E A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA NACIONALIDADE E DA IDENTIDADE REGIONAL DO NORDESTE

Falar em discurso geográfico é assumir que este se constitui como uma construção histórica e espacial, através de um conjunto de ideias com raízes fincadas numa existência (MACHADO, 1995), além de compreender todo um conjunto discursivo que se construiu fora do círculo da Ciência Geográfica⁴ (MORAES, 2008).

Nesse sentido, Moraes (2008) fala que o discurso geográfico remete-se a discursos referidos ao espaço terrestre e, de modo muito especial, à construção de conhecimento que toma por base a constituição de um território nação. Partindo de tal entendimento, a constituição do território nacional envolve uma série de conjuntos e representações, discursos, consciências e articulações práticas num determinado contexto, sendo resultado de uma leitura parcial da história (MORAES, 2008). Nessa perspectiva, as narrativas geográfica e territorial são, em simultâneo, narrativas históricas (MAGNOLI, 1997).

O discurso geográfico, desse modo, pode ser entendido como representações elaboradas pelas sociedades acerca das realidades vivenciadas, sobretudo, nessas formas de representações espaciais, cuja ideia geográfica e o debate ideológico do estado nação, povo e território são elementos centrais. De acordo com Moraes (2005, 2005, p. 96):

Estudos de tal natureza contribuíram em muito para o desvendamento desse capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra da conquista territorial de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a constituição do território como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito territorial.

Dessa forma, ao falarmos aqui em discurso geográfico, estamos colocando para análise o saber que tem um caráter ligado à representação e à relação do povo com território onde habita. Tais colocações permitem-nos afirmar que o conhecimento é produto do social, e os temas geográficos emergem de diferentes contextos socioespaciais e territoriais (MORAES,

4 Nesse entremeio, é importante destacar que a Geografia brasileira teve sua institucionalização na terceira década do século XX, em um momento no qual ideias progressistas e modernizadoras invadiam o cenário nacional, as ideologias científicas influenciavam o comportamento e, de igual forma, a interpretação da realidade. Assim, concordamos com Machado (2000) ao afirmar que “[...] quando as ideias geográficas modernas começaram a circular, elas o fizeram como parte de conglomerados ideológicos, já estabelecidos no lugar” (MACHADO, 2000, p. 309).



2005). Com isso, os discursos geográficos vão ter variações de lugar, época e da sociedade em que foram gerados.

Dito isso, para haver um entendimento acerca dos discursos geográficos e sua relevância ao pensamento geográfico, ressalta-se que a Geografia, enquanto ciência, é um conhecimento social cuja ligação não se restringe somente à sua institucionalização. Ao examinar o contexto do pensamento geográfico no Brasil, este é fruto de toda uma conjuntura específica de nossa formação econômica, política, cultural e social, moldada através de uma série de outros discursos os quais têm a realidade espacial do país como objeto.

Segundo Moraes (2005, p. 32), o pensamento geográfico nada mais é que um “conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento possui acerca do seu meio (desde o local até o planetário) e das relações com ele estabelecidas”. Nesse sentido, o olhar geográfico tem determinações históricas, e a leitura da paisagem tem uma temporalidade própria, o que fez com que a geografia floresça em todas as épocas e em todas as sociedades (MORAES, 2005), não somente após a sua inauguração enquanto disciplina científica.

Tal perspectiva conduz-nos a uma linha de raciocínio que nos permite compreender que a unidade e o reconhecimento de nação vêm da ideia de conquistar e explorar o território. Embora essa conquista se inicie no território físico, as aspirações materiais e imateriais, através de discursos, foram também incluídas no processo de consecução do espaço, a fim de garantir a ocupação de determinado espaço.

Certamente, tal contexto possibilitou o surgimento da literatura “extrageográfica”, que, segundo Moraes (2005), foi fonte de inspiração e legitimou-se como veículos de validação e divulgação das ideias geográficas. Dentre tais produções, inserem-se as artísticas — atreladas às experiências e representações espaciais — mais especificamente às literárias, que proporcionaram uma rica bagagem cultural e documental. Com efeito, esse “gesto de inconformismo” (SEVCENKO, 2003, p. 300), ou seja, a realização de um saber nacional, manifestado pelos pensadores em seus discursos, conduziu à concepção da “identidade pelo espaço” (MORAES, 1991, p. 168).

Nesse contexto, conforme afirma Souza (1997, p. 23), o Brasil é construído a partir de um discurso de nação. A pátria passa a ser uma imaginação, uma criação, através de discursos que compõem a narrativa de nacionalidade, mediante “narradores-fazedores do Brasil [...]”. Obras que querem a síntese da alma nacional [...]. Registros escritos que organizam significados da brasilidade autêntica”.



Engendrados durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os discursos geográficos, com vieses fortemente político-ideológicos, encorporaram-se, ganharam força e legitimidade numa perspectiva de uma “missão político-patriótica” (SOUZA, 1997, p. 24). Tal fato deu-se através de veículos não geográficos, como, por exemplo, os pictóricos e literários, o que explica a predominância dessa narrativa sobre o entendimento do que é nação.

Assim, o território, a natureza e a população são elementos tidos como caracterizadores da nação, ou, mais ainda, como uma parte a ser conquistada/dominada (MORAES, 2005). Esses foram, por conseguinte, o combustível para disseminação desses argumentos, a saber: “[...] o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico como o do Brasil” (MORAES, 2008, p. 33).

Ao observar os argumentos anteriormente elencados, é notória tanto a legitimação e a percepção da realidade vivenciada pela elite intelectual, quanto suas perspectivas acerca da sociedade brasileira. A ratificação desses discursos sobre o espaço possibilitou, conseqüentemente, a construção de um imaginário acerca da população, da natureza e do território (MAGNOLI, 2001). Desse modo, “Algumas paisagens adquirem auras nacionais, na pintura e na literatura, e passam a integrar o corpo simbólico das ‘comunidades imaginadas’ ” (MAGNOLI, 2001, P. 137). Uma combinação de história e não-história permite uma narrativa imaginada do país, através do espaço, numa tentativa de contribuir para “[...] uma pedagogia na consciência nacional” (SOUZA, 1997, p. 24).

Através desses atos quiméricos, os intelectuais promoveram a diferenciação da gestada nação dos demais países do globo, o que findou por reforçar o sentimento de pertencimento nacional na sociedade brasileira. Ainda nesse viés, Souza Neto (2000, p. 15) relata que “Essa construção imaginária, muito eficiente, se apoiaria ainda na ideia de ser esse Brasil um país inacabado, ainda em construção [...]”.

Por isso, partilhamos a ideia de Moraes (2008, p. 23) quando argumenta que o saber geográfico é fruto de uma série de discursos que retratam a realidade não somente em sua dimensão material, mas inclui a sua dimensão de representação: “[...] a valorização simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e a produção do espaço processos guiados por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar”.

Nessa óptica, o conjunto de enunciados, visa, por um lado, construir uma representação espacial da nação e das partes que a caracterizam (natureza, povo, território, Estado e etc.); por outro, abre caminho para o debate de identidade nacional e regional.



Ainda a respeito da concepção da identidade nacional pelo espaço, neste apontamento apresentado por Moraes (2008, p. 78), é perceptível a ação dos discursos geográficos na missão de conformação dessa identificação e pertencimento:

[...] há necessidade de que tais habitantes interiorizem este sentimento de pertencimento a esta comunidade de interesses, enfim que assimilem e reproduzam a identidade nacional. Daí a doutrinação patriótica realizada pelos aparelhos ideológicos do Estado, notadamente pelo sistema formal de ensino. E nesse, o papel desempenhado pelas disciplinas de história e geografia é essencial. A pátria é, antes de tudo, um espaço e uma tradição.

Os discursos geográficos elencados acima foram disseminados com a justificativa de atender a representação de território nacional no século XIX e início do XX. Concomitantemente, esses possibilitaram a formação da nacionalidade brasileira como fruto de um processo longo e recente, com característica de imposição, tendo o território como elemento essencial. (MORAES, 2005).

Em uma perspectiva de análise semelhante, Souza Neto (2000) explica que “[...] na ausência de uma história da nação e em um país de capitalismo tardio como o Brasil, era preciso recorrer às imagens geográficas e aos mitos de origem ligados à própria natureza” (SOUZA NETO, 200, p. 151). De outro modo, este país, com suas raízes exclusivamente coloniais, foi solo fértil para a propagação de argumentos com caráter geográficos, visto que os elementos físicos e espaciais eram uma maneira de justificar sua identidade nacional e sua unidade política.

Com proporções continentais e extensas florestas tropicais, a iminente nação passa a ser concebida a partir da ideia central de espaço físico do que propriamente de sociedade (MORAES, 2008). Embora o Brasil não fosse, ainda, uma unidade homogênea, o imenso território tornou-se um verdadeiro desafio para o projeto imperial, devido à sua heterogeneidade (MAGNOLI, 2003), mas, principalmente, um desafio de identidade de um povo⁵. É justamente nessa tentativa de homogeneizar a população em uma única identidade nacional que iniciará a construção de outra identificação a partir da regionalização, despontando, assim, as primeiras questões acerca da identidade regional nordestina.

Todavia, até o ano de 1940, o imenso território brasileiro era dividido em apenas duas regiões: Norte e Sul (MARTINS, 2006). Apesar desse recorte geográfico, é importante assinalar que nomenclaturas para designar as características regionais de um território passaram a ser empregadas antes mesmo de haver, posteriormente, outras divisões

⁵ A princípio, esses discursos geográficos vão se delineando logo após a Independência do Brasil, servindo, principalmente, ao objetivo da formação de um Estado nacional. Fazia-se, portanto, necessária à homogeneização do território, até então fragmentado em colônias (MAGNOLI, 2003), e da população brasileira, em sua maior parte espaçada e com características ainda provincianas (MACHADO, 2000).



geográficas, como o termo nordestino, o qual se manifesta, praticamente, por volta de 1920 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Nesse sentido, a construção dessa identidade regional foi histórica e seguiu os mesmos moldes da nacional, ou seja, os discursos geográficos foram preceptores da construção e representação da região nordestina, dando um caráter imagético-discursivo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Logo, a construção da identidade regional foi uma estratégia do governo na consolidação da nacionalidade, além de uma alavanca “no processo de construção do Brasil moderno” (MORAES, 2008, p. 98). Outrossim, os discursos produzidos vão no sentido de desenvolver o regionalismo como uma maneira inteiramente nova de se pensar a realidade da nação e, de forma concomitante, gerar cultura e arte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Além disso,

A consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares (repondo a visão geográfica da nação) (MORAES, 2008, p. 98).

Desse modo, as construções argumentativas relacionadas à natureza, ao povo e ao território — divulgadas, principalmente, através da literatura regionalista —, vão moldando a região nordestina no imaginário popular. Segundo Albuquerque Júnior (2008, p. 132),

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito deste fenômeno, [...]. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país. [...] Ela [a seca] é, sem dúvida, o primeiro traço definidor do Norte e o que o diferencia do Sul, notadamente, num momento em que o meio é considerado ao lado da raça, como fatores determinantes da organização social. (Grifo nosso)

Nesse sentido, os discursos geográficos vão ser essenciais na conformação da identidade regional nordestina, principalmente aqueles inclinados ao clima. Como afirma Martins (2006, p. 175;176), “[...] à irregularidade das chuvas, às altas temperaturas, aos altos índices de insolação e de evapotranspiração potencial, e aos baixos índices de nebulosidade e de precipitação, bem como à má distribuição desta no tempo e no espaço” foram os principais argumentos na constituição de uma identificação dessa região ou o início dos estereótipos ligados a ela, dos quais nunca conseguiu se desvencilhar (MARTINS, 2006).

Na contextura desses pontos de vista, é notória a influência das teorias científicas que estiveram em voga no início do século XIX e início do XX sobre os discursos geográficos, uma vez que são perceptíveis, nestes, concepções teórico-metodológicas de cunho racial, evolucionista, deterministas e dentre outras, carregadas de ideologias. Acresce-se a isso o fato de o Brasil ter sido colônia de exploração e não de povoamento, visto como o povo não era o principal elemento na conformação da identidade — seja nacional, seja regional.



Portanto, tais constructos discursivos assumiram o mesmo peso da natureza, do clima e do território na elaboração de uma identificação nacionalista e regionalista brasileira. Seguindo essa linha de raciocínio, Albuquerque Júnior (2013, p. 152;153) explica que

[...] a elaboração da figura do nordestino se dará pelo cruzamento de discursos que o pensam, ainda, a partir de conceitos, temas e enunciados vinculados à formação discursiva naturalista, com discursos que o pensam a partir de conceitos, temas e enunciados vinculados à formação discursiva nacional-popular, de matriz culturalista. A figura do nordestino oscila, pois, entre um homem definido pela influência de um determinado tipo de composição racial, um determinado biotipo, um tipo que se discute se é eugênico ou não, entre um homem que é definido pela influência de um meio ou natureza particular, um homem telúrico, ou entre um homem que é definido pela influência de uma história civilizacional e cultural particular.

Ante o exposto, é possível afirmar que a identidade regional, embora tenha sido recentemente reconhecida como uma categoria de análise, já vinha sendo delineada nos estudos sobre discursos geográficos, através das manifestações artísticas promovidas pelo pensamento social brasileiro. Desse modo, antes mesmo de haver a divisão geográfica vigente nos estados do Nordeste, é notório que estes foram a inspiração para intelectuais exprimirem, principalmente através da literatura, a concepção realística e imaginada por eles do que posteriormente viria a formar a região e a identidade desse povo. A fim de engendrar o Nordeste enquanto discurso, foram tomadas como mote suas particularidades naturais ou territoriais, como também suas peculiaridades climáticas ou populacionais.

O DISCURSO GEOGRÁFICO DE JOAQUIM NABUCO: A IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL DO NORDESTE N’O ABOLICIONISMO

O livro *O Abolicionismo* foi publicado em 1883 por Joaquim Nabuco, elaborado com intenção de ser um manifesto político. Mas, devido ao seu conteúdo descritivo, pôde ser encarado como um documento de reconstituição, com riqueza de detalhes, do Brasil e da sua sociedade do final do século XIX. Acresce-se à composição da obra a denúncia recorrente contra a escravidão, principal aporte econômico da época.

Nabuco, certamente, teve seu discurso influenciado pelo contexto histórico e espacial no qual estava inserido. Logo, suas crenças, ideais, ideologias, princípios e convicções revelavam muito da conjuntura social, política, econômica e histórica da qual ele fez parte. Sua realidade e vivências vão perpassar por toda sua vida e motivar seus enunciados argumentativos. Através do uso assertivo da linguagem, tornou-se um orador magistral, e seus discursos ficaram marcados na história do Brasil e ajudaram a reconstruir a história política e social do país (AZEVEDO, 1949).



Posto isso, o Engenho Massangana, localizado na zona da mata pernambucana, no qual vivera os primeiros anos de vida, possibilitou um contato próximo e amigável com escravos e, apesar de ter convivido nesse espaço apenas oito anos, declarou: “Meus moldes de idéias e de sentimentos datam quase todos dessa época” (NABUCO, 2004 [1900], p. 136). Mesmo tido uma vivência amistosa com eles, o autor experienciou o contato com a outra face da escravidão ao testemunhar um episódio na infância. Ele declarou:

[...] a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior da minha vida. Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus, que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida. Foi nesse traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava. [...] Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda minha consciência [...] (NABUCO, 2004 [1900], 137).

Indubitavelmente, segundo o relato do pernambucano, teve seu instinto abolicionista despertado ainda durante a fase infantil. Posteriormente, ao atingir a juventude, em virtude da intervenção do seu pai, veio percorrer os mesmos passos de seu genitor na carreira jurídica, formando-se em direito e na atividade política, elegendo-se deputado e fundando o Partido Abolicionista.

Segundo Nabuco,

Por onde quer, entretanto, que eu andasse e quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por outra ação mais poderosa, [...] e por meio dos melhores impulsos do coração [...]. Essa influência foi a que meu pai exerceu (NABUCO, 2004 [1900], p.119).

No entanto, sem esquecer-se de sua convicção germinada na infância, que foi a emancipação dos escravos, Nabuco promoveu reflexões, trazendo sua percepção da nação brasileira e da região nordestina, partindo da perspectiva do trabalhador escravo, quando publicou *O Abolicionismo*.

Nesse caminho, o abolicionista apresentou às elites e aos políticos do país uma interpretação da nação centrada na raça negra, deixando claro que a constituição nacional se estabeleceu a partir do trabalhador escravo:

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é pelo menos tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; isso quer dizer que a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Tudo o que significa a luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e



cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. (NABUCO, 2019 [1883], p. 45) (Grifo nosso)

Indiscutivelmente, a nação, na perspectiva de Nabuco, foi fruto do trabalho do negro escravizado. Ao mesmo tempo, observamos — no trecho anterior — que ele englobou os elementos centrais caracterizadores da nação correspondentes ao discurso geográfico: o povo, o território e a natureza.

Nabuco, ao descrever a nação por meio do papel do negro, aborda elementos centrais na constituição da identidade brasileira e gravitacionados ao redor da escravidão. Além de que, para ele, o escravo não só havia edificado a nação, como também era parte intrínseca da população: “Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro” (NABUCO, 2019 [1883], p. 44).

Partindo desse enfoque, a escravidão era apreendida pelo autor abolicionista não apenas como um contributo econômico ou um fenômeno introduzido pelo colonizador português, mas também como uma instituição poderosa, o “princípio vital” da “[...] soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, [...]” (Idem, p. 34).

Posto isso, percebe-se que, consoante Nabuco, nenhum seguimento escapou da influência da escravidão na sociedade brasileira, tendo em vista que aquela era a estrutura que ancorava a vida social e econômica do país. Com base nessa constatação, ele defendia que “No Brasil, porém, o Abolicionismo é antes de tudo um movimento político, [...]: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade” (Idem, p. 44). Assim, o autor justifica que o “mandato abolicionista” é uma incumbência da qual não se pode abdicar.

Em seu entendimento, essa missão foi assumida, pois “[...] como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo o país e no nosso próprio interesse” (Idem, p. 45). O propósito político que o partido abolicionista assumia, liderado por Joaquim Nabuco, era substanciar uma nação através da reconstrução do país pautado no trabalho livre, garantindo a cidadania a todos aqueles que tiveram esse princípio negado.



Notadamente, o autor teceu duras críticas à organização política e à sociedade brasileira projetada pela escravidão. Dessa forma, o político abolicionista sabiamente alegou que “[...] uma consciência nacional esclarecida, moralizada, honesta e patriótica; essa é impossível com a escravidão e, desde que aparece, esta trata de destruí-la” (NABUCO, 2019 [1883], p. 159). Logo, uma estrutura política e social amparada e financiada pela escravidão resultaria em uma nação frágil.

Por outro lado, Joaquim Nabuco também manifestou seus posicionamentos enquanto advogado, sua profissão de formação, que influenciaram igualmente nos seus ideais como político e abolicionista, ao trazer sua percepção acerca da nação brasileira n’*O Abolicionismo*. Inúmeros trechos da obra são posicionamentos de reprovação, por parte de Nabuco, concernente às leis brasileiras em voga na época, especialmente aquelas relacionadas à emancipação dos trabalhadores escravos. Conforme o escritor, a escravidão no Brasil emanava ilegalidade e seguia em sentido contrário “[...] aos princípios fundamentais do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o homem perante a lei internacional” (Idem, p. 105).

Nesse sentido, o autor criticou severamente a Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei Rio Branco ou a Lei do Ventre livre, por considerá-la “Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que o bloqueio moral da escravidão” (Idem, p. 81). Todavia, Nabuco reconheceu que, apesar de todas as injustiças e insensatez que permeavam essa norma, “[...] o simples princípio fundamental em que ela assenta basta para fazer dessa lei o primeiro ato de legislação humanitária da nossa história” (Idem, p. 82).

Traçando, nessa perspectiva, uma análise sobre descumprimentos à proibição do tráfico de escravos, o autor dedicou quatro capítulos d’*O Abolicionismo* para mostrar como a nação brasileira praticava a ilegalidade, muitas vezes, amparada, ironicamente, na legislação que promulgava ou que, com auxílio do próprio governo, ignoravam, a exemplo da Lei Feijó, promulgada em 7 de novembro de 1831, a qual fazia imposições contra a venda e a compra de pessoas cativas vindas de fora do Império brasileiro. Desse modo, infere-se que tais inobservâncias ou artimanhas visaram manter, sob o jugo da escravidão, milhares de seres humanos, marcando para a eternidade a história da nação brasileira. Nabuco desabafou:

Quando a própria lei, como se verá exposto com toda a minudência, não basta para garantir à metade, pelo menos, dos indivíduos escravizados a liberdade que decretou para eles; quando um artigo tão claro como este, “Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”, nunca foi executado, e a referenda de Diogo Antônio Feijó nunca foi honrada nem pelos ministros da Regência nem pelos do Segundo Reinado, que valor obrigatório podem ter movimentos nacionais de caráter diverso, atos na aparência alheios à sorte dos



escravos, declarações oficiais limitadas ao efeito que deviam produzir? Em outras palavras, de que servem tais apelos à consciência, à lealdade, ao sentimento de justiça da nação, quando metade dos escravos estão ilegalmente em cativeiro? (NABUCO, 2019 [1883], p. 73).

Vale salientar que o jurista pernambucano não só apresentou sua percepção da nação brasileira na conjuntura escravagista, mas também trouxe para o debate sua interpretação sobre o Nordeste. Contudo, de acordo com o que foi apresentado na seção anterior, o Brasil, ao final do século XIX, não apresentava sua divisão geográfica em cinco regiões como atualmente se dá⁶; ele se conformava em apenas duas, a saber, Norte e Sul.

Dito isso, o Nordeste apresentado por Joaquim Nabuco n' *O Abolicionismo* era denominado de Norte, no qual ele fez menção apenas aos estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Rio; quanto ao último, acreditamos que Nabuco tenha se reportado ao Rio Grande do Norte, já que o autor, quando se referencia às províncias do Norte, menciona-o no excerto abaixo. Tal afirmação poder ser comprovada no trecho do livro em questão quando, ao refletir sobre as consequências da escravidão, ele alega:

É assim que nas províncias do norte a escravidão se liquidou, ou está liquidando, pela ruína de todas as suas antigas empresas. O ouro realizado pelo açúcar foi largamente empregado em escravos, no luxo desordenado da vida senhorial; as propriedades, com a extinção dos vínculos, passaram das antigas famílias da terra, por hipoteca ou pagamento de dívidas, para outras mãos; e os descendentes dos antigos morgados e senhores territoriais acham-se hoje reduzidos à mais precária condição imaginável, na Bahia, no Maranhão, no Rio e em Pernambuco. [...] (Idem, p. 132) (Grifo nosso).

Dito isso, o Nabuco nordestino vai apreender essa região como o território cativo pelo latifúndio, além de exaurido pela escravidão e pela exploração da cana-de-açúcar. Como efeito desse processo, a natureza resvala-se em desgaste; e o povo, em pobreza extrema: “A população não possui definitivamente o solo: o grande proprietário conquistou-o à natureza com os seus escravos, explorou-o, enriqueceu por ele extenuando-o, [...], e por fim esse solo voltou à natureza, estragado e exausto” (Idem, p. 132).

A principal oposição adotada por Nabuco concernente à região nordestina — além, obviamente, do trabalho escravo —, era quanto à concentração de terras. N' *O Abolicionismo*, o latifúndio era característica marcante do Brasil, mas principalmente, do Nordeste o que lhe causava grande incômodo: “É um triste espetáculo essa luta do homem com o território por meio do trabalho escravo” (Idem, p. 138).

⁶ Segundo Martins (2006, p. 171), “Na verdade, o Nordeste, como uma das cinco grandes regiões do Brasil, é fruto de um processo de reconfiguração cartográfica que atravessou todo o século XX e envolve uma série de fatores, incluindo, além dos fatores políticos, um conjunto de argumentos técnicos dos ‘especialistas’”. Tais mudanças na divisão regional só alcançou a configuração mais próxima do que é atualmente em 1950 (MARTINS, 2006).



Para o político abolicionista, o acúmulo descabido de terras ia de encontro ao progresso, além de não beneficiar a população livre e, menos ainda, a cativa. Nesse viés, ele ressaltou que:

O norte todo do Brasil há de recordar por muito tempo que o resultado final daquele sistema é a pobreza e a miséria do país. Nem é de admirar que a cultura do solo por uma classe sem interesse algum no trabalho que lhe é extorquido dê esses resultados. Como se sabe, o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades (NABUCO, 2019 [1883], p. 133).

Ainda sendo este, conforme Nabuco, o principal motivo do atraso das regiões mais afastadas dos centros: “Por isso também os progressos do interior são nulos em trezentos anos de vida nacional” (Idem, p. 133).

Ademais, o autor não deixa de citar a seca, característica marcante da região nordestina e emblemática no processo de construção da identidade regional desse recorte geográfico. Embora traga a abordagem desse fenômeno, ele responsabiliza o desmatamento e a escravidão como propulsoras da calamidade causada pela escassez hídrica. Conforme o escritor:

A última seca do Ceará pôs, do modo o mais calamitoso, em evidência uma das maldições que sempre acompanharam, quando não precederam, a marcha da escravidão, isto é, a destruição das florestas pela queimada. [...] A cada passo encontramos e sentimos os vestígios desse sistema que reduz um belo país tropical da mais exuberante natureza ao aspecto das regiões onde se esgotou a força criadora da terra (Idem, p. 140).

Outro ponto que merece destaque é a preocupação de Joaquim Nabuco quanto à degradação da área, antes ocupada por vegetação nativa, pela prática da monocultura açucareira, cuja atividade econômica está relacionada à escravidão. Nesse cenário, ele julga ser mais acentuada a devastação ambiental pela produção de açúcar na região nordestina, mas não esconde sua apreensão acerca da prática da unicultura, pois ele temia que, se o quadro precário presente no Nordeste, provocado pela monocultura com uso do trabalho escravo, fosse contínuo, tornar-se-ia uma rotina no Brasil. Sobre isso, argumentou: “Enquanto durou a idade do ouro do açúcar, o norte apresentava um espetáculo que iludia a muitos” (Idem, p. 134)

Ainda acrescentou:

[...] as riquezas da lavoura do sul, de fato muito exageradas, de liquidação difícil, mas apesar de tudo consideráveis, e algumas, para o país, enormes, representam a prosperidade temporária do café. A concorrência há de surgir como surgiu para o açúcar (Idem, p. 135).

Tais investigações n’*O Abolicionismo*, apresentadas aqui de maneira breve, permitem-nos concluir que as marcas da escravidão nitidamente estão presentes em absolutamente tudo



no Brasil, sendo perceptível nos âmbitos político, jurídico, geográfico e dentre outros. Assim sendo, esta análise realizada sobre Joaquim Nabuco tomou o escravo como o protagonista na formação social e territorial da nação brasileira.

Atrelada a essa abordagem, ele destacou ser a escravidão a responsável pelas mazelas incrustadas na estrutura político-social do país, como também o agente a gravar a construção da identidade nacional e regional brasileira. Os latifúndios e a monocultura, guiados pela escravidão, são tidos como principais elementos de organização territorial, que condicionaram os seguintes resultados: uma população pobre sem perspectivas futuras e a devastação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste caminho das considerações finais, a reflexão suscitada sobre *O Abolicionismo* nos permitiu compreender que o discurso geográfico se apresenta como uma forma de saber histórico, mas, principalmente, como um conjunto de enunciados que possibilita um imaginário da nação.

Os discursos geográficos trouxeram uma concepção espacialista enraizada na cultura política do Brasil, estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico — centradas no território e no povo cujo arcabouço ideológico foi dissipado também pelo século XX —, “[...] que fundamentou algumas das principais interpretações do Brasil nas primeiras décadas republicanas” (MORAES, 2008, p. 33). Logo, esses argumentos possibilitaram a construção de uma ideia de nação.

Dessa maneira, com a intenção de homogeneizar a população e unificar o território, os debates acerca da formação nacional foram centrais na agenda das elites, como uma alavanca para o processo de civilização e modernização do país. Ocasionalmente, abria espaço para a propagação dos discursos como eficientes veículos de legitimação e reprodução do que viria a ser o Brasil enquanto nação (MORAES, 2005). Tendo essa finalidade, os que engendraram tais percepções visaram reforçar a presença de uma literatura “extrageográfica”, conduzida pelos intelectuais já no século XIX, e que, ao nosso entender, caracterizava-se como discursos geográficos. Ante o exposto, é notória a criação de uma narrativa quimérica através das representações, em que a pátria foi concebida como uma imaginação por intermédio de narrativas de nacionalidade.

Nesse sentido, o principal resultado do presente artigo é mostrar que os intelectuais brasileiros do século XIX, com destaque para Joaquim Nabuco, exerceram um protagonismo



não só como forma de despertar a ideia de identidade nacional, mas também como uma maneira de documentar e manter registrado esse momento histórico que seu deu de formas distintas em cada região brasileira.

As diversas reflexões feitas possibilitaram a construção de um discurso geográfico sobre formação nacional-territorial do Brasil. Desse modo, as manifestações de Nabuco possibilitaram a construção de uma imagem e representação da identidade nacional e regional brasileira.

Tornando-se um defensor do fim da escravidão no Brasil, Nabuco era multifacetado. Além de outros adjetivos, foi político, intelectual, abolicionista, jurista, orador e, acima de tudo, nordestino; seus diferentes lados impulsionaram sua luta em favor da emancipação dos escravos, com o fito de trazer desenvolvimento humano, social e econômico para o país. Essa peleja em favor do fim da escravidão e da real libertação dos escravos pode ser bem vista em vários de seus textos, mas principalmente no livro *O Abolicionismo*.

Nesse contexto, Joaquim Nabuco, na obra, apresentou ao país um escrito de grande relevância para estudos históricos, sociológicos e geográficos do Brasil, ao discorrer sobre as bases do processo de construção da sociedade brasileira, enquanto nação, colocando os escravos como protagonistas. A percepção de Nabuco sobre os negros, vale ressaltar, parte do entendimento de que eles são importantes agentes na constituição da população brasileira e na edificação do território nacional.

A obra traz, sobretudo, importante contribuição para se pensar as relações sociais e econômicas, com base na escravidão, e como essas configuraram o território nacional e a identidade regional, especialmente a nordestina. Sendo assim, o processo de produção e ocupação do espaço brasileiro é apresentado por Nabuco, utilizando, como ente primordial desse processo, o trabalhador escravo.

Certamente, através da releitura da obra, é possível apreendermos a realidade atual do nosso país, caracterizado principalmente pela alarmante desigualdade social, sendo esta provocada principalmente pela concentração fundiária. Percebe-se também, no livro do autor abolicionista, que a organização territorial se deu através do latifúndio e da prática exacerbada da monocultura, tendo ganhado grande expansão no país mediante a escravidão, especialmente na região nordestina.

Portanto, além dessa grande contribuição para a história social do país, o autor, em seu escrito, possibilitou a construção de uma saber geográfico capaz de construir uma representação de nacionalidade e de identidade regional como resultados da servidão na formação social e territorial do país. Com isso, Nabuco — n' *O Abolicionismo* — foi capaz de



construir uma representação espacial da nação brasileira com argumentos que criam imagens sobre o território e o povo, cruzando, com isso, uma história social e um pensamento político, constituindo um discurso geográfico de identidade nacional e regional pelo espaço.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008. 516 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 - 1940) . 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. 229 p.

AZEVEDO, A. D. Joaquim Nabuco. **Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1949)**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.158-171, 1949.

CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. São Paulo: Tempo Social, **Revista de Sociologia da Usp**, v. 18, n. 1, jun. 2006.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio trópico, espaços vazios e ideia de ordem. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 309-353. 1995.

MACHADO, L. O. As ideias no lugar. **Terra Brasilis**. São Paulo, v. 2. 2000, posto online no dia, 05 de novembro de 2012. DOI: 10.4000/terrabrasilis.298. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/298> . Acesso em: 20 out. 2020.

MAGNOLI, D. **O Corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808- 1912). São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997. 319 p.

MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/343> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.343

MARTINS, J. S. **TECENDO A REDE**: Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no semi-árido brasileiro e outras excedências. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

MORAES, A. C R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização de geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.166-176, 1991.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume Editora. 2005.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. – (Coleção Joaquim Nabuco; n. 2)

NABUCO, J. **Minha Formação**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2004.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420p. ISBN 85-359-0409-3

SOUSA NETO, M. F. **A ciência geográfica e a construção do Brasil**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.9-20, 2000.

SOUZA, C. V. 1997. **A Pátria Geográfica**: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora UFG. 171 pp.